

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – PORTUGUÊS**

**AIDENARA SCHMITZ WENES**

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO  
ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
SOBRE O USO DA LINGUAGEM NÃO BINÁRIA NO BRASIL**

**JAGUARÃO**

**2021**

**AIDENARA SCHMITZ WENES**

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO  
ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
SOBRE O USO DA LINGUAGEM NÃO BINÁRIA NO BRASIL**

Artigo de pesquisa apresentado ao Curso de Letras – Português da Universidade Federal do Pampa/Universidade Aberta do Brasil como requisito básico para a aprovação no componente curricular TCC.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Emanuele Coimbra Padilha.

**JAGUARÃO**

**2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

W473c Wenes, Aidenara Schmitz

CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO  
FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE O USO  
DA LINGUAGEM NÃO BINÁRIA NO BRASIL / Aidenara Schmitz Wenes.  
27 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS, 2021.

"Orientação: Emanuele Coimbra Padilha".

1. Linguagem neutra. 2. Língua portuguesa. I. Título.

**AIDENARA SCHMITZ WENES**

**CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO  
FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE O USO DA  
LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso do  
Curso de Letras Português/UAB da  
Universidade Federal do Pampa,  
como requisito parcial para  
obtenção do Título de Licenciado  
em Letras.

Trabalho defendido e aprovado em: 10 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Emanuele Coimbra Padilha  
Orientadora  
(UFSM/ EaD)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Caroline Mitidieri Selvero  
(UFSM)

---

Prof. Ms. Guilherme da Silva dos Santos  
(Rede estadual RS)



Assinado eletronicamente por **EMANUELE COIMBRA PADILHA, Usuário Externo**, em 15/12/2021, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Caroline Mitidieri Selvero, Usuário Externo**, em 15/12/2021, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **GUILHERME DA SILVA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 15/12/2021, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0695080** e o código CRC **E1276779**.

---

## SUMÁRIO

RESUMO .....	04
1 INTRODUÇÃO .....	05
2 REVISÃO DE LITERATURA .....	07
3 METODOLOGIA .....	16
4 DISCUSSÃO .....	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
6 REFERÊNCIAS .....	25

# CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE O USO DA LINGUAGEM NÃO BINÁRIA NO BRASIL

AIDENARA SCHMITZ WENES<sup>1</sup>

**Resumo.** O tema desta pesquisa trata sobre as concepções dos professores de Língua Portuguesa sobre o uso neutro do gênero no uso da língua no Brasil. Esse tema se justifica pelo debate, na última década, em diversos países e também no Brasil, ter adentrado no sistema escolar, sobre o uso de novas marcações neutras de gênero no Português Brasileiro. Tais usos são presentes em comunicações entre crianças e jovens pelas redes sociais. O objetivo desta pesquisa é saber se os professores de Língua Portuguesa reproduzem um discurso de conservadorismo da língua ou, de outra parte, se defendem uma postura mais próxima aos conceitos atuais de Sociolinguística variacionista; ou ainda, se apresentam uma concepção definida sobre a questão do uso de uma língua não binária. Para tanto, foi realizado um estudo de caso, em que seis professores de Língua Portuguesa da rede pública do Rio Grande do Sul participaram da pesquisa em outubro de 2021. Considera-se que, a maioria dos professores em atuação compreende que o uso de marcações neutras de gênero na Língua Portuguesa já ocorre em seu sistema. Porém, se reconhece que novas marcas neutras de gênero que surgem não sejam necessárias para marcar o processo de inclusão de grupos marginalizados. No entanto, o uso inclusivo da linguagem é um tema da Educação importante para construção de uma sociedade em que todos participam.

**Palavras-chaves:** Ensino. Linguagem não binária. Linguagem neutra. Língua portuguesa. Português Brasileiro.

## CONCEPTIONS OF PORTUGUESE LANGUAGE TEACHERS OF ELEMENTARY EDUCATION IN THE PUBLIC NETWORK OF RIO GRANDE DO SUL ON THE USE OF NON-BINARY LANGUAGE IN BRAZIL

**Abstract.** The theme of this research deals with the conceptions of Portuguese Language teachers about the neutral use of gender in the use of language in Brazil. This theme is justified by the debate, in the last decade, in several countries and also in Brazil, having entered the school system, about the use of new gender neutral markings in Brazilian Portuguese. Such uses are already present in communications between children and young people through social networks. The objective of this research is to know if Portuguese Language teachers reproduce a language conservatism discourse or, on the other hand, if they defend a position closer to the current concepts of variationist sociolinguistics; or even, a definite conception about the issue of the use of a non-binary language is presented. Therefore, a case study was carried out, in which six Portuguese language teachers from the public school system in Rio Grande do Sul participated in the survey in October 2021. The study considers that most teachers in practice understand that the use of marking gender neutrality in the Portuguese language already occurs in its system. However, it is recognized that new gender neutral marks that emerge are not necessary to mark the process of inclusion of marginalized groups. However, the inclusive use of language is an important issue in Education for building a society in which everyone participates.

**Keywords:** Brazilian portuguese. Neutral language. No binary language. Portuguese language. Teaching.

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação do curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Aberta da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta como tema de investigação as concepções dos professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental de escolas públicas do Rio Grande do Sul sobre a criação e uso da linguagem não binária no Brasil.

Observa-se que se trata de um tema recente e pouco discutido, tanto no meio acadêmico, entre professores em formação em Letras, como também entre os professores em atuação na Educação Básica. Porém, trata-se de uma pauta recorrente em discussões sobre a luta dos movimentos como o feminismo e a comunidade LGTBQIA+<sup>2</sup>, especialmente no mundo digital das redes sociais, onde muitos discursos se entrecrocavam revelando conflitos de interesses diversos.

Verifica-se ainda que, muitas vezes, os produtores de conteúdo na Internet, que em grande parte, não são graduados em Letras, ou que não atuam como docentes defendem concepções radicais e equivocadas sobre a relação entre o uso da língua e a comunidade linguística. Tais concepções são replicadas na sociedade e muitas vezes o professor é surpreendido por um tema que nem sempre possui uma posição definida.

Assim sendo, busca-se saber: Quais são as concepções dos professores de Língua Portuguesa da rede pública do Rio Grande do Sul sobre a possibilidade do uso de uma linguagem não binária ou com a criação de uma marcação neutra de gênero no sistema linguístico da Língua Portuguesa no Brasil?

Esse tema se justifica pela repercussão que a pauta da diversidade tem provocado nos diferentes usos da língua por seus falantes e nos impactos dessa inovação na Sociolinguística e na teoria lexical da Língua Portuguesa no Brasil. Defende-se, ainda, que o profissional de Letras, como também demais professores, tais como os pedagogos, devem estar atento a essa discussão

---

<sup>2</sup>A sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) caiu em desuso. Atualmente, a Organização das Nações Unidas para Direitos Humanos no Brasil utiliza a sigla LGTBQIA+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, pansexuais, queer, intersex, assexuais e + para grupos não representados). Optou-se aqui pela sigla LGTBQIA+ presente em órgãos oficiais em defesa do movimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017).

que envolve metodologias de aquisição da linguagem nos processos de alfabetização e letramento (embora esse não seja o foco desta pesquisa).

Reconhece-se ser um tema polêmico na sociedade brasileira atual, pois nos anos mais recentes, tem-se observado o recrudescimento do discurso de ódio à questão de identidade de gênero, o que dificulta o avanço de políticas públicas brasileiras de enfrentamento ao preconceito, à exclusão, à homofobia, à desigualdade de gênero e a transfobia. Não raro, esse discurso de ódio também é presente na escola, em que crianças e adolescentes são isolados, excluídos, ridicularizados e alvo de *bullying* dentro da própria escola, um local em que se pretende ser um espaço de avanço, preparação para a cidadania e igualdade de direitos.

Diante disso, muitos alunos que sofrem essa exclusão têm sua autoestima e autoconfiança rebaixadas, não têm motivação para continuarem estudando, desistem da escola, o que dificulta ainda mais sua preparação e inserção em um mercado de trabalho que nem sempre os acolhem.

A partir desse cenário, tem-se por objetivo saber até que ponto os professores de Língua Portuguesa em atuação, participantes da pesquisa, reproduzem um discurso de conservadorismo da língua ou, de outra parte, se defendem uma postura mais próxima aos conceitos atuais de Sociolinguística; e se apresentam uma concepção definida sobre a questão do uso de uma língua não binária.

São objetivos específicos: apresentar um panorama histórico sobre as conquistas dos movimentos feministas e dos direitos de pessoas da comunidade LGBTPQIA+ sobre a identidade de gênero e a equidade de gênero na sociedade; analisar a conexão entre linguagem e poder em comunidades de falantes; discutir sobre a questão dos marcadores neutros de gênero no sistema e nos usos da Língua Portuguesa e a proposta de uma língua não binária ou criação de novas marcações neutras de gênero; refletir sobre o posicionamento dos professores de Língua Portuguesa em atuação no Rio Grande do Sul.

Para tanto, escolheu-se a metodologia do estudo de caso, em que professores da rede pública do Rio Grande do Sul foram convidados a responder um questionário *on-line* sobre o tema de investigação, em que as

questões foram tabuladas e analisadas. Por isso, essa pesquisa está dividida em três momentos:

Em um primeiro momento, parte-se de um percurso sócio-histórico-político sobre a questão da disparidade de gênero e da identidade de gênero, os avanços e retrocessos na luta pelos direitos da comunidade LGTBQIA+ no Brasil e no mundo. Essa contextualização torna-se essencial para a identificação e análise de diversos discursos que emergem sobre a diversidade.

Em um segundo momento foi feito um percurso sobre aspectos importantes de Sociolinguística e seus usos, tendo em vista a proposta da criação de uma linguagem neutra no Português Brasileiro de forma a reduzir situações de exclusão e preconceito na comunidade de falantes, ou seja, questões que envolvem linguagem, língua escrita, poder, marcadores lexicais de gênero e seus usos na comunidade de falantes e demais aspectos.

Em um terceiro momento, dez professores de Língua Portuguesa, que atuam no Ensino Fundamental da rede do Rio Grande do Sul, foram convidados a participar da coleta de informações com a aplicação de um questionário *on-line* durante o mês de outubro de 2021.

Por isso, a forma de abordagem e interpretação escolhida será qualitativa, por amostragem. Escolheu-se a abordagem qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa se caracteriza com a busca de significado com que os sujeitos veem a si mesmos e o mundo que os cerca, em que o pesquisador procura retratar a visão dos participantes da pesquisa.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Educação, linguagem e inclusão**

Nesta seção, apresenta-se o referencial teórico dos principais conceitos sobre a questão política identidade de gênero, no bojo do movimento feminista, e como esse conceito transcende na esfera da Educação brasileira em seus documentos oficiais. Também serão utilizados conceitos de variante linguística

e gênero conforme a Sociolinguística. Enquanto a *teoria queer*<sup>3</sup> de Educação e sua repercussão na linguagem foi amplamente discutida no percurso da pesquisa e seus resultados.

Recentemente, no Brasil, diversas discussões surgiram sobre a questão de gênero resultando na criação de um rótulo equivocadamente chamado de “ideologia de gênero”. Diversas crenças subjazem essa denominação, como por exemplo, em que a identidade de gênero seria uma criação de um discurso ideológico nocivo à população, algo ameaçador e destrutivo na sociedade.

No entanto, conforme a Organização das Nações Unidas no Brasil convém lembrar que o conceito de identidade de gênero se refere:

(...) à experiência de uma pessoa com o seu próprio gênero. Indivíduos trans possuem uma identidade de gênero que é diferente do sexo que lhes foi designado no momento de seu nascimento. A identidade de gênero é diferente de orientação sexual — pessoas trans podem ter qualquer orientação sexual, incluindo heterossexual, homossexual, bissexual e assexual (BRASIL, 2017, n.p.).

Desse modo, pode-se destacar que todos os seres humanos podem ser denominados como transgênero ou cisgênero. O cisgênero ou “cis” são pessoas que se identificam com o gênero que foi atribuído desde o nascimento, enquanto o não-cisgênero também chamado de transgênero ou “trans” são pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado. A identidade de gênero é uma construção social e não o exercício de papéis impostos por uma sociedade heteronormativa ao que se é esperado a homens e mulheres. Por isso, vale salientar que o conceito de identidade de gênero não é sinônimo de sexo (JESUS, 2012).

Sob os pontos de vista político e jurídico, relembra-se que até 1990 a homossexualidade ainda era considerada uma doença classificada pelo Catálogo Internacional de Doenças pela Organização Mundial de Saúde. Outro fato a ser considerado consiste na invisibilidade desse segmento da população sobre a violência contra pessoas LGTBQIA+ ainda não relatada por estatísticas oficiais, conforme aponta o Atlas da Violência de 2019, organizado

---

<sup>3</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer – uma política pós-identitária para Educação**. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 9, n. 2, p. 541-53, jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> Acesso em: 17 mai. 2021.

pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Tal invisibilidade torna mais difícil a elaboração de políticas públicas de inclusão e proteção à vida de pessoas LGTBQIA+ (COVAS; BERGAMINI, 2021).

Vale lembrar que, pensar na questão de gênero é também pensar na contribuição do movimento feminista no mundo. Porém, mesmo na segunda década do século XXI, discutir sexualidade, gênero e diversidade, ainda é um assunto quase proibido nas escolas, na Educação Básica. Observa-se que na sociedade brasileira, homens e mulheres ainda são tratados de forma desigual, reforçando uma história marcada pelo poder patriarcal.

Acredita-se que a escola seja o espaço mais importante para desconstrução dos jogos de poder, preconceitos e exclusões, pois a Educação deve catalisar as necessidades educacionais de seus alunos em cada época e lugar. A escola deverá estar à frente da sociedade e atuar, junto de seus profissionais, como agente de transformação dessa sociedade, a qual se insere.

Assim sendo, para construção de uma sociedade inclusiva, em igualdade e equidade de direitos, tratar sobre gênero torna-se imprescindível, uma vez que a escola deverá buscar a construção de relações iguais entre homens e mulheres contra a exploração e dominações sociais. Tratar sobre gênero na escola se faz muito importante uma vez que o conceito de gênero está relacionado à construção social do ser homem e mulher e não pelo fator biológico de sexo masculino ou feminino. A escola sendo um espaço de convivência e transformação da sociedade deverá integrar e não excluir (SILVINO; HENRIQUE, 2017).

Em outras palavras, o uso de uma linguagem neutra estaria relacionado aos temas “gênero” e “expressão de gênero” do falante. Enquanto o gênero também pode ser considerado com um conceito para distinguir dimensões biológicas das sociais, em que a biologia, devido a espécie humana entre machos e fêmeas, a maneira de ser homem e ser mulher é expressa pela cultura. O conceito de gênero trata-se de uma construção social e não em decorrência da anatomia dos corpos. Já a expressão de gênero significa como a pessoa manifesta publicamente sua identidade de gênero por meio de seu

nome, vestimenta, aparência, comportamentos e como interage com as demais pessoas (COVAS; BERGAMINI, 2021).

No que se refere a documentos oficiais da Educação, que são norteadores ao trabalho do professor, desde a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de orientação sexual, já iniciou essa discussão de que a noção de gênero não se limita apenas ao aspecto biológico do indivíduo, mas é algo construído socialmente (LAU, 2017).

Sob essa linha de pensamento, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, dentre as competências da Educação Básica impõe que é preciso:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017, p. 9).

Torna-se um grande compromisso da Educação e de seus profissionais educar para a diversidade e construir uma sociedade em que todos são cidadãos, em que todos participam. Esse modelo de Educação Inclusiva (que não se restringe apenas à etnia, raça, classe social ou pessoa com deficiência) é também expresso em outra competência a ser desenvolvida na Educação Básica:

conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas (BRASIL, 2017, p. 10).

O documento postula a necessidade de se desenvolver a competência no aluno de “se compreender na diversidade humana”, ou seja, compreender a si mesmo e ao outro nessa rede de relações que envolvem o autoconhecimento, a autoestima, o autocuidado e cuidado com o outro.

Desse modo, convém destacar que a linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável, uma vez que essa relação constitui-se como base da formação humana. A história da humanidade é a história de seres organizados em sociedades e usuários de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua. As teorias sobre língua e linguagem também evoluem em seu intento de investigar essa relação entre língua e sociedade, como também

a questão de identidade de gênero também está presente no uso dessa linguagem e também em empregos inclusivos de linguagem neutra.

## **2.2 A Sociolinguística e o gênero neutro na língua**

Rememorando alguns conceitos de Linguística e Sociolinguística, durante o século XX, a Linguística teve um papel decisivo na questão da consideração entre linguagem-sociedade. Mas enquanto a Linguística Geral Saussureana buscava analisar a língua enquanto um sistema formal houve uma lacuna ao se analisar a língua em sociedade. Essa relação entre língua e sociedade deu origem a uma nova ciência linguística, ou seja, a Sociolinguística (termo usado a partir de 1964 a partir de um Congresso em Los Angeles organizado por William Bright e demais pesquisadores). A partir desse período entendeu-se que o objetivo de estudo da Sociolinguística é a diversidade linguística (ALKMIN in MUSSALIM; BENTES, 2001).

Segundo Bright, a diversidade linguística está relacionada a 1) identidade social do falante – com o estudo de dialetos de classes sociais, falas femininas e masculinas; 2) identidade social do ouvinte; 3) o contexto social; 4) o julgamento social dos falantes sobre os demais. Em síntese, o objetivo da Sociolinguística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. (ALKMIN in MUSSALIM; BENTES, 2001).

Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de pessoas que falam da mesma maneira, mas por indivíduos que se relacionam por meio da diversidade linguística e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras. Essas diferentes formas de falar são as variedades linguísticas. O conjunto de variedades

linguísticas de uma comunidade é chamado de repertório verbal. (ALKMIN in MUSSALIM; BENTES, 2001).

Nesse sentido, a proposta de uso não binário<sup>4</sup> poderá atuar no campo do repertório verbal dos falantes sem afetar a língua enquanto sistema. No que se refere à variável de gênero pode-se ocorrer uma nova proposta de uso da língua a grupos que se identificam com a identidade de gênero e a comunidade LGBTQIA+, mas também mulheres que buscam expressar a igualdade de gênero em sociedade. Esse uso poderá marcar esse posicionamento político do falante em sua comunidade linguística.

Essa marcação de usos entre os gêneros não é uma proposta tão nova. Em línguas como o árabe, há características que marcam usos da língua por homens diferentes dos utilizados pelas mulheres. Tendo em vista os processos de mudança linguística, sabe-se que as mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística, estando, muitas vezes, uma geração à frente dos homens, conforme aponta estudo de Labov (1972 *apud* PAIVA in MOLLICA; BRAGA, 2003, p. 36).

Retornando a esfera da Educação brasileira atual, a Base Nacional Comum Curricular reconhece o papel político das comunidades de falantes na sociedade, uma vez que impõe à Educação Básica, ao Ensino de Língua Portuguesa, “Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica”. (BRASIL, 2017, p. 83).

No entanto, os conceitos de Sociolinguística e suas contribuições tornam-se muito importantes para a construção de um modelo de ensino e

---

<sup>4</sup> O uso inclusivo da linguagem neutra é uma proposta alternativa que pode ser considerada apenas uma variante da língua portuguesa para uso das falantes que se identificam com o gênero feminino. A Língua Portuguesa tem por sua característica linguística a construção binária entre termos (nomes) marcados com “o” para o gênero masculino e palavras marcadas com “a” para o gênero feminino. Essa marcação de gênero binária é marcada morfológicamente, ao final de cada palavra, e sintaticamente com o mecanismo da concordância nominal. Com o avanço da luta pelos direitos de identidade de gênero, fala-se na proposta de haver um gênero neutro para uso, em que não haja associação ao gênero feminino nem masculino. Também estuda-se a possibilidade de criar um pronome neutro para tais usos, como ocorre em Língua Inglesa. Esse uso de uma variante não binária para Língua Portuguesa é muitas vezes marcado com uso do “X” ou uso do sinal “@”. Assim, palavras como “meninos”, “meninas”, “todos”, “todas”, tornam-se “meninxs”, “menin@s”, “tod@s” mostrando algo que seja válido para esses dois gêneros. Porém, enquanto nas redes sociais tais usos da língua não binária são recorrentes na linguagem escrita, na língua oral tornam-se inviáveis pela dificuldade de pronúncia dessas palavras (LAU, 2017).

aprendizagem que desconstrói preconceitos, mas constrói novos pilares para se educar de forma inclusiva por meio da linguagem.

Desse modo, esse pensamento é expresso dentre as competências específicas de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental ao impor que é preciso:

Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, **reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.** (BRASIL, 2017, p. 87- Grifo Nosso).

Nesse sentido, tendo em vista as conquistas dos movimentos pela luta dos direitos de mulheres, pode-se reconhecer que, o segmento de indivíduos da comunidade LGBTPQIA+ também acompanharam tal proposta por novos usos e variedades linguísticas que expressam a não marcação de gênero na língua portuguesa no Brasil, por exemplo. Trata-se de uma questão de luta pela identidade e por um posicionamento pela igualdade de gênero e pelo respeito à identidade de gênero.

Portanto, problematizar durante as aulas de Língua Portuguesa a respeito da linguagem que é utilizada e a forma que ela enquadra a todos os falantes entre dois gêneros pode ser o início de uma proposta de reflexão com a comunidade escolar, que deverá estar atenta às novas exigências dos referenciais para Educação em vigor.

A linguagem aqui chamada de linguagem neutra ou não binária é uma adaptação do Português Brasileiro, mas de caráter político e social. Sua origem está no ativismo feminista e de pessoas transgêneros. Essa linguagem tem como proposta reduzir o machismo no discurso, como também o reconhecimento de pessoas que não se identificam com a binaridade de gênero homem e mulher (MIRANDA, 2020).

Vale ressaltar que os documentos oficiais da Educação, em vigor, não tratam explicitamente sobre a construção de um sistema de língua não binária no Brasil, mas aponta para a necessidade de se educar por meio da linguagem reconhecendo e respeitando as diversas variedades linguísticas, sendo a proposta de aplicação da *teoria queer*, no Brasil, de língua não binária, uma alternativa de uso linguístico pelos falantes da comunidade LGBTPQIA+ na escola e na sociedade. Em outras palavras, é preciso se educar para a

diversidade humana e isso repercute em empregos inclusivos da linguagem e na concepção dos professores sobre Educação e Linguagem.

Schwindt (2020) destaca que nessa última década do milênio, em muitos países, iniciou-se o debate pela inclusão de grupos pertencentes a gêneros marginalizados na esfera social e isso repercutiu também no uso da linguagem. No português brasileiro, surgem diversas propostas de uso, como por exemplo:

O uso de feminino marcado no caso de substantivos comuns de dois gêneros (ex. a presidenta); emprego de formas femininas e masculinas, sobretudo em vocativos, em vez do uso genérico do masculino (ex. alunas e alunos); inclusão de novas marcas no final de nomes e adjetivos, como x e @ (ex. amigx, amig@), ou ampliação da função de marcas já existentes, como -e (ex. amigue); alteração na base de pronomes e artigos (ex. ile, le) (SCHWINDT, 2020, p. 2).

Mas se reconhece, como o pesquisador citado, que esse debate da linguagem neutra no Brasil não se orienta por um caráter sexista de línguas e na crença de que marcas linguísticas possam refletir preconceitos diversos. Trata-se de um recorte sociolinguístico importante que envolve a comunidade acadêmica, mas também uma questão importante aos professores de Língua Portuguesa em atuação. De outra parte, também não se pode negar a historicidade dessa questão que envolve a comunidade de falantes e sua identidade como sujeito.

A gramática sistematizada da língua portuguesa não prevê a marcação de gênero neutro em artigos, substantivos, adjetivos e pronomes. Há uma opção pelo feminino e masculino. Há ainda nomes que são de gênero uniforme, que não sofrem flexão independente do gênero a que se referem. A proposta da linguagem não binária é a não utilização do “masculino genérico” aos falantes, ou seja, como generalizador possibilitando maior igualdade entre os gêneros (MIRANDA, 2020).

Essa busca por uma linguagem neutra é um fenômeno de natureza social, mas que também produz impacto na linguagem, pois agimos discursivamente e representamos discursivamente o mundo social a nossa volta. Por isso, compreende-se a linguagem neutra como uma variação linguística, a qual possa promover a igualdade entre todos os gêneros também por meio do uso da linguagem (MIRANDA, 2020).

A variação da linguagem não binária propõe, além de masculino e feminino, que haja uma terceira opção para se flexionar as palavras quanto ao gênero social de que elas se referem. Por isso, justifica-se um gênero neutro que pode ser utilizado por novos pronomes, ou neopronomes, como elu, delu, éli, déli entre outros. Essa forma neutra também alteraria os artigos, pronomes e final dos substantivos e adjetivos (MIRANDA, 2020).

Inicialmente, para marcar o gênero neutro, começou-se a usar o @ em lugar da desinência de gênero, em formas escritas, como ocorre em “menin@s”. Mas tarde o x também passou a ser utilizado pelos usuários de redes sociais, como ocorre em “meninxs”. Mas tais formas caíram em desuso pela sua dificuldade de verbalização e inacessibilidade de pessoas cegas que usam leitores de tela (MIRANDA, 2020).

Portanto, a linguagem neutra surgiu de uma vontade racionalizada, intencional, de forma a almejem uma interação inclusiva entre os falantes do Português Brasileiro. Essa linguagem pretende romper com a cisnormatividade, a qual é muito presente na sociedade brasileira, por isso, recebe muita rejeição.

Vale ressaltar que nem todos os idiomas codificam gênero. Mas, nos sistemas que concebem essa categoria, é comum se identificar uma correspondência semântica com o sexo biológico, como ocorre com as línguas indoeuropeias. Já a Língua Portuguesa pode ser considerada localizar-se entre os sistemas híbridos na atribuição de gênero, em que:

O traço [±sexuado], relevante para um subconjunto restrito de nomes (ex. menina vs. menino; gerente vs. gerenta), está combinado às propriedades fonológicas e sintáticas que exponenciam gênero e classe temática em todos os nomes na língua. De modo simples: as vogais -a, -o, e, -e, estão presentes também em palavras que não estabelecem qualquer relação com sexo (ex. bola; bolo; ponte; pente) e nuclearizam a concordância na frase nos mesmos moldes dos vocábulos sexuados (SCHWINDT, 2020, p. 8).

Desse modo, pode-se considerar que alguns usos, que caracterizam a linguagem neutra, no Português Brasileiro já são inseridos no sistema da língua, enquanto novas possibilidades de uso ainda não foram inclusas no sistema, mas são praticadas como usos alternativos, mesmo que não consolidados em seu uso corrente.

Embora grande parte dos vocábulos em Língua Portuguesa serem marcados em “o”, não se equivale a pensar que haja na língua o predomínio do gênero masculino, pois a língua registra exemplos em que o feminino e o masculino em língua portuguesa exerçam uma função neutra na língua.

Concorda-se com Schwindt (2020) ao compreender que, apesar da variação linguística e da mudança ocorrer em diferentes níveis de linguagem, não os atinge da mesma forma. Pelo modo como os sistemas linguísticos se organizam, mas não por questões sincronicamente ideológicas, os primitivos, como morfemas, fonemas e condições da estrutura silábica são mais resistentes a mudanças. Porém, a permeabilidade pode ocorrer conforme o curso dos fatores sociais da comunidade de falantes constituindo-se como os limites do sistema linguístico.

Um segundo aspecto que também pode ser considerado trata-se da presença de um movimento deliberado de mudança do sistema gramatical que é dependente da clareza da coletividade sobre o referente semântico das formas inovadoras representativas seja sempre um recorte categorial, ou seja, é preciso que os falantes conheçam e sejam capazes de identificar no mundo categorias como *cis*, *trans* e não binário para que as marcas linguísticas que as designem se estabeleçam no uso (SCHWINDT, 2020).

Em síntese, mesmo que a gramática da Língua Portuguesa conte apenas com *o/ a/ e/* para designar masculino, feminino e não binário, mesmo que haja a ampliação da representação linguística das entidades do mundo, o sistema da língua não contemplará todas as possíveis segmentações ou subsegmentações de gênero social.

“Nesta seção, apresenta-se o referencial teórico dos principais conceitos sobre a questão política identidade de gênero, no bojo do movimento feminista, e como esse conceito transcende na esfera da Educação brasileira em seus documentos oficiais.”

### **3 METODOLOGIA**

O método de pesquisa escolhido foi o estudo de caso sob o método de interpretação qualitativa. Vale ressaltar que há três diferenças sobre a pesquisa qualitativa e quantitativa de investigação: 1 – a distinção entre explicação e

compreensão; 2 – a distinção entre função pessoal e impessoal; 3 – a distinção entre conhecimento descoberto e construído.

Do ponto de vista da investigação qualitativa, busca-se compreender as inter-relações que acontecem em um determinado contexto real. Os modelos qualitativos também sugerem que o pesquisador esteja imerso em campo, ou seja, que analise o objeto sob sua capacidade interpretativa com o desenvolvimento do acontecimento. Também, pode direcionar os aspectos da pesquisa para casos e fenômenos em que as condições do contexto ainda não se conhecem ou não se controlam. Ainda, vale ressaltar que a pesquisa qualitativa parte do princípio de que a realidade não pode ser descoberta, mas sim interpretada e construída, ou seja, está sob a lógica da construção do conhecimento humano (MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010).

O estudo de caso parece herdar as características da pesquisa qualitativa. É marcado por diversas etapas, pretendendo-se estudar o objeto de investigação em seu contexto real, utilizando múltiplas fontes de evidência (qualitativas e quantitativas), mas considerando a subjetividade do pesquisador. Pode ser uma metodologia poderosa diante de contextos complexos onde há convergência de variáveis. Requer reflexão ponderada do pesquisador e serem utilizadas diversas técnicas de coleta de registros, como por exemplo, a elaboração e aplicação da técnica do questionário, utilizada nesta pesquisa (MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010).

Para revisão de literatura foram selecionadas referências já publicadas, em forma de publicações científicas (impressos ou virtuais) diversas. Também, abarca notícias veiculadas pela imprensa e a análise de documentos oficiais da Educação (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares e Base Nacional Comum Curricular) e dados estatísticos oficiais sobre a população LGBTQIA+. A revisão de literatura tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulações de informações (LAKATOS; MARCONI, 2018).

Esta pesquisa é dividida em três momentos. Em um primeiro momento, parte-se de um percurso sócio-histórico-político sobre a questão da construção da identidade de gênero. Essa contextualização torna-se essencial para a identificação e análise de diversos discursos que emergem sobre a

diversidade. Em um segundo momento foi feita a discussão da teoria linguística e Sociolinguística no Brasil. Em terceiro momento, a pesquisadora enviou um questionário on-line via endereço eletrônico, com perguntas abertas e fechadas, a dez professores de Língua Portuguesa da rede pública de ensino do estado do Rio Grande do Sul, em que os resultados serão tabulados e analisados à luz das teorias apresentadas. O questionário será elaborado a partir dos documentos oficiais da Educação em vigor (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares e Base Nacional Comum Curricular), além dos conceitos de variedade linguística presente nesses documentos, correlacionados à questão da identidade de gênero na escola.

#### **4 DISCUSSÃO**

Durante o mês de outubro foi aplicado um questionário, pelo aplicativo *Google Forms* com 12 questões sobre o uso da linguagem neutra aos professores. Foram convidadas 10 professoras da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul, mas apenas 6 participaram e responderam ao questionário enviado *on-line* aos seus endereços eletrônicos. O termo de consentimento e participação da pesquisa foi enviado e assinado pelas participantes.

As participantes responderam de imediato, mas não se sabe o motivo que as 4 outras convidadas recusaram-se a participar. Talvez seja o medo de expor opinião e posicionamento em um tema muito polêmico e que ganhou espaço na mídia e provocado forte resistência da população diante de professores que buscaram utilizar uma linguagem específica que não ressalte o gênero social do falante a quem se dirige a linguagem.

Porém, vale ressaltar que a intenção em abordar esse tema de pesquisa consiste não em intensificar posições rígidas sobre o possível uso ou não de determinada uma marca de fala. Pretende-se trazer essa discussão aos profissionais de Letras que atuam na Educação. Não raro, esse debate atrai o interesse de outros profissionais, como jornalistas, sociólogos, artistas, enquanto os profissionais da linguagem não são consultados ou evitam se pronunciar sobre o tema.

As primeiras questões buscaram saber mais informações que caracterizam seu perfil de formação e atuação. Dentre as participantes, todas

afirmaram se identificarem identificar com o gênero feminino. Cabe ressaltar que, com a finalidade de manter o sigilo, os nomes das participantes são fictícios. Quanto à faixa etária, 50% responderam estar com idade acima dos 41 anos, 33,3% responderam estar entre os 31 e 40 anos e 16,7% afirmaram estarem em faixa etária entre os 20 e 30 anos. Quanto sua formação acadêmica, todas responderam terem cursado e concluído graduação em Letras, sendo uma das participantes, além dessa habilitação respondeu também ser graduada em Pedagogia. Quando questionadas sobre a formação continuada e sobre cursos de pós-graduação, apenas 3 afirmaram terem cursado pós-graduação especialização em Educação e Linguagem. Quanto ao tempo e experiência profissional como professora na área da linguagem, 66,7% responderam atuarem entre 11 e 30 anos, enquanto 16,7% entre 6 e 10 anos e outros 16,7% apenas há 5 anos.

O perfil das participantes demonstra a docência em Língua Materna ser predominante por mulheres, com graduação e habilitação concluída em Letras e atuação docente há mais de 11 anos. No entanto, das 6 participantes, apenas 3 afirmaram buscar a formação continuada formal em cursos de pós-graduação em nível de especialização.

Porém, quando questionadas se sabiam o que é linguagem neutra, todas responderam afirmativamente. Quando ainda questionadas sobre como definiriam/explicariam o que compreendiam por linguagem neutra ou não binária, obtiveram-se as seguintes respostas:

Maria: uma forma de comunicação que tem por objetivo evitar o uso do masculino e feminino no idioma.

Joana: linguagem neutra é a não definição de gêneros (masculino/feminino).

Alice: igualdade de linguagem sem distinção de gênero.

Paula: uso de pronomes neutros.

Beatriz: que não corresponde a algum gênero específico.

Renata: é a linguagem que vai contra a generalizar o gênero, por exemplo, em um grupo de mulheres e dois homens, no coletivo, falamos (eles), generalizamos (eles e elas) para o masculino.

Diante disso, pode-se verificar que as participantes estão atentas ao debate sobre a linguagem neutra no Português Brasileiro, porém apontam certa confusão entre como a linguagem neutra ocorre no sistema e uso da língua pela comunidade de falantes. A maioria das respostas refere-se à marcação de gênero na língua ao sexo do falante.

No que se referem à identidade do falante em sociedade e diversidade, as participantes também foram questionadas se conheciam a proposta para o ensino de Língua Portuguesa inclusivo a pessoas da comunidade LGTBQIA+, em que 50% responderam já conhecer, enquanto outros 50% responderam ainda não conhecer.

Observa-se que o debate sobre inclusão e diversidade já está presente nos espaços de atuação do professor de Língua Portuguesa, os quais estão atentos e já os mencionam a partir do conhecimento de textos oficiais sobre a Educação e Linguagem. Trata-se de uma questão posta na sociedade brasileira, mesmo que suscitando muita polêmica e controvérsia, que já permeia o sistema educacional sob um movimento de tentativa de inclusão de grupos marginalizados.

Quanto ao uso da linguagem neutra na sociedade brasileira, buscou-se ainda saber se as professoras observaram alunos se comunicando por meio da linguagem neutra na escola. Eis que 83,3% responderam afirmativamente, mas 16,7% responderam negativamente. Mas quando perguntadas se já verificaram crianças e adolescentes se comunicando em redes sociais utilizando a linguagem neutra, 50% responderam já terem observado, enquanto outros 50% não terem verificado o uso no mundo digital.

Tal cenário poderá ser interpretado que os professores já observam mudanças no uso da língua na comunicação e interação dos alunos, seja presencialmente ou no mundo virtual nas novas gerações. Trata-se de uma questão em discussão, em que parte da população da novas gerações já está atenta, mesmo que ainda haja muita confusão entre o público leigo, o que exige um posicionamento dos profissionais da Educação e mais precisamente dos professores de Língua Portuguesa.

Nesse sentido, na última questão, as professoras foram questionadas se acreditavam ser importante, ou não, incluir o uso de uma linguagem neutra na Língua Portuguesa hoje, tal como grupos sociais debatem e obtiveram-se as seguintes respostas:

Maria: não. Acredito que a língua não exclui o indivíduo.

Joana: não. Creio que a mudança da gramática não trará a inclusão que essas pessoas buscam. Precisa-se trabalhar, em casa e nas escolas, o respeito e a empatia, e não mudar a gramática.

Alice: não vejo necessidade.

Paula: É importante. Passamos muito tempo usando uma linguagem machista, que não define e não inclui mulheres. Isso serve de exemplo para que possamos aprender que o mesmo erro não deve ser cometido com LGBT+.

Beatriz: Acredito que não seja importante. Será passageiro.

Renata: sim, é importante, pois ela já existia no Latim, nossa língua de origem e hoje temos em nossa sociedade uma grande diversidade de gêneros que precisamos ter um termo para referirmos a todos sem particularizar o gênero.

Verifica-se que Maria, Joana, Alice e Beatriz compreendem que o sistema do Português Brasileiro não é excludente, pois o preconceito de gênero e orientação sexual é especificamente uma questão social, em que a escola não se isenta de sua responsabilidade em se posicionar e agir contra as diferentes formas de preconceito. Uma das participantes ressalta que se trata de um modismo que será uma discussão passageira, mas que não é importante no uso da língua.

Já Paula e Renata discordam e defendem que o uso do Português Brasileiro deve trazer um gênero neutro, para marcar o uso específico dos falantes de forma mais generalista a transmitir uma imagem de igualdade e equidade de gênero e orientação sexual dos falantes na sociedade.

Portanto, o posicionamento da maioria das professoras participantes da pesquisa defende não haver necessidade de se criar marcas específicas no Português Brasileiro para representar a neutralidade frente ao sexo do falante ou sua identidade de gênero, uma vez que a Língua Portuguesa já traz marcas de neutralidade em seu sistema linguístico. Em síntese, defendem que a inclusão social deverá acontecer por meio da Educação em geral, mas sem haver necessidade de se modificar o Português Brasileiro enquanto sistema.

Pode-se considerar que os professores de Língua Portuguesa da rede de ensino do Rio Grande do Sul, em sua maioria, não reproduzem um discurso de conservadorismo da língua, em não reconhecer os falantes da comunidade LGBT+, mas apresentam uma visão técnica e condizente aos conceitos de Sociolinguística justificando que esse fenômeno de neutralidade já ocorre na Língua Portuguesa, por isso não há necessidade em se inserir novos usos como normas gramaticais da língua. Desse modo, convém possibilitar como apenas como uso na fala, mas sem alterar o sistema da Língua Portuguesa.

Retomando Willian Bright (apud ALKMIN in BENTES; MUSSALIM, 2001), os professores participantes da pesquisa revelam estar atentos ao fenômeno da diversidade linguística, reconhecendo a língua estar relacionada

à identidade social do falante e do ouvinte, seu contexto social e julgamento social dos falantes sobre os demais. Em síntese, reconhecem os postulados da Sociolinguística sobre o uso da língua e seu sistema na comunidade de falantes.

Em sua história, a comunidade LGBTQIA+ argumenta sobre a importância do respeito à identidade de gênero a pessoas transgênero, principalmente no que se refere ao uso de vocativos e demais formas de tratamento durante a interação pela linguagem. Trata-se de uma questão que transcende o uso da língua, pois se refere ao reconhecimento da identidade social do falante, um dos postulados defendidos pela teoria da Sociolinguística desde a década de 1960.

No entanto, alguns pesquisadores e linguistas alertam que algumas mudanças linguístico-discursivas estão sendo implementadas no Brasil como proposta para adoção de uma linguagem politicamente correta. Esse movimento defende o uso e substituição de alguns termos por outros, considerados “neutros” ou “não marcados” como estratégia de enfrentamento do racismo, o machismo e outras formas de discriminação. Como exemplo, o uso da expressão “rubro negro” para denominar torcedores do time de futebol Flamengo seria considerado ofensivo aos negros e indígenas. Desse modo, se esta linguagem for aceita ou padronizada, muitas palavras serão censuradas. Por isso, há uma resistência dos profissionais de Língua Portuguesa em reavaliar ou reinterpretar o uso de palavras ou expressões que seriam consideradas desadequadas por remeterem ao racismo, antissemitismo ou capacitismo (como por exemplo, denegrir, lista negra, o lado negro da força, magia negra, a coisa está preta, criado-mudo, judiar, demente etc) (PINHEIRO, 2020).

No momento político em que o Brasil atravessa<sup>5</sup> e a onda de intolerância afeta a sociedade, a questão da diversidade e identidade de gênero tornou-se

---

<sup>5</sup> FERRAZ, Vanessa. **Projeto proíbe uso de linguagem neutra nas escolas de Porto Alegre**. Jornal do Comércio, Porto Alegre, 02 de set. de 2021. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/politica/2021/09/809576-projeto-proibe-uso-de-linguagem-neutra-nas-escolas-de-porto-alegre.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2021/09/809576-projeto-proibe-uso-de-linguagem-neutra-nas-escolas-de-porto-alegre.html) Acesso em: 26 nov. 2021.

LOPES, Janaína; CHAGAS, Gustavo. **Escola de Porto Alegre cancela apresentações de peça de teatro que usa linguagem neutra**. Portal G1, 09 de nov. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/11/09/escola-de-porto-alegre-cancela-apresentacoes-de-peca-de-teatro-que-usa-linguagem-neutra.ghtml> Acesso em: 25 nov. 2021.

uma questão muito polêmica, pois não se pode negar que em um país marcado pela herança do patriarcado ocorrem jogos de poder que dividem opiniões, mesmo que seus defensores ainda desconheçam a discussão no mundo acadêmico de professores que trabalham com a Educação e a Linguagem. Por isso, defende-se que os professores e linguistas devem ser ouvidos pela comunidade em que estão inseridos, mas muitas vezes não o são.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisadora se posiciona favorável a uma ampla discussão sobre a linguagem neutra, defende que a língua portuguesa não sofra alterações, nas classes gramaticais nem inclusões de novas palavras a fim de garantir igualdade, pois a neutralidade da língua falada já existe.

Alguns empregos inclusivos de gênero já estão em uso no Português Brasileiro, seja como a marcação feminina em nomes comuns de dois gêneros, seja no uso concomitante de formas femininas e masculinas, como em vocativos e pronomes, por exemplo, em lugar do uso genérico do masculino. Tais usos podem ser classificados como uso neutro de gênero e não como uso de gênero neutro. No entanto, outros usos ainda não foram assimilados pelo sistema do Português Brasileiro como o uso ao final de vocábulos como X e @ para marcar neutralidade, mesmo que já presentes nas redes sociais do mundo virtual, embora o sistema ortográfico da língua portuguesa não reconheça essas correspondências em seu sistema fonológico. Porém o uso do –e como morfema marcador neutro em substantivos que designam os falantes parece estar ganhando popularidade (amigues, colegas, etc.).

Diante disso, considera-se que os professores de Língua Portuguesa do Rio Grande do Sul estão atentos a esse debate, principalmente entre os que já atuam a mais tempo na docência. A maioria defende não haver necessidade em se alterar o sistema do Português Brasileiro para a inclusão de falantes de grupos marginalizados acontecerem, devendo ser uma tarefa da Educação em geral, educar para a inclusão e diversidade. Concordam ainda que a Língua

---

Portuguesa já traz marcas de neutralidade em seu sistema, não havendo necessidade de incluir novas marcas, que poderão ser apenas passageiras.

## 6 REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia.; CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. *In*: MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Ana Christina. (orgs.). 1.ed. **Introdução à Linguística**, domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. 294p.

ARAÚJO, Cátia Rosana L. de. **Manual de normatização de trabalhos acadêmicos**: conforme normas da ABNT / Cátia Rosana L. de Araújo, Dilva Carvalho Marques. 5.ed. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2019. Disponível em:

<https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/files/2019/05/manual-de-nomatizacao-de-trabalhos-academicos-5-ed-2019-1305.pdf> Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em: 14 mai. 2021.

BRASIL, **Você sabe o que é identidade de gênero?** Brasília, DF, Organização das Nações Unidas no Brasil, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/voce-sabe-o-que-e-identidade-de-genero/> Acesso em: 20 abr. 2021.

COVAS, Fabíola. S. N. ; BERGAMINI, Lucas. M. **Análise crítica da linguagem neutra como instrumento de reconhecimento de direitos das pessoas LGBTQIA+**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.6, p.54892-54913 jun.2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/30768/pdf> Acesso em: 03 dez. 2021.

FERRAZ, Vanessa. **Projeto proíbe uso de linguagem neutra nas escolas de Porto Alegre**. Jornal do Comércio, Porto Alegre, 02 de set. de 2021. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/politica/2021/09/809576-projeto-proibe-uso-de-linguagem-neutra-nas-escolas-de-porto-alegre.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2021/09/809576-projeto-proibe-uso-de-linguagem-neutra-nas-escolas-de-porto-alegre.html) Acesso em: 26 nov. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf> Acesso em: 20 abr. 2021.

LAU, Héilton Diego. **O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas transnã-binárias na língua portuguesa: a voz delas ou delxs? Não! A voz Delus**. *In*: V SIES – SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL, 2017, Anais [...] Maringá: UEM, 2017. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf> Acesso em: 14 mai. 2021.

LOPES, Janaína; CHAGAS, Gustavo. **Escola de Porto Alegre cancela apresentações de peça de teatro que usa linguagem neutra**. Portal G1, 09 de nov. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/11/09/escola-de-porto-alegre-cancela-apresentacoes-de-peca-de-teatro-que-usa-linguagem-neutra.ghtml> Acesso em: 25 nov. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer – uma política pós-identitária para Educação**. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 9, n. 2, p. 541-53, jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> Acesso em: 17 mai. 2021.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. **O estudo de caso como estratégia de investigação em educação**. Eduser - Revista de Educação, [S.l.], v. 2, n. 2, dec. 2016. ISSN 1645-4774. Disponível em: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24>. Acesso em: 03 dec. 2021.

MIRANDA, Maria. J. R. **Português para todes? Um diálogo entre a análise de discurso crítica e a sociolinguística sobre a linguagem não binária**. Brasília – DF, Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28244/1/2020\\_MariaJulianaRavaliaMiranda\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28244/1/2020_MariaJulianaRavaliaMiranda_tcc.pdf) Acesso em: 01 dez. 2021.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs.) **Introdução à Sociolinguística**, o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. 200p.

PINHEIRO, Larissa R. R. **Linguagem neutra: a reestruturação do gênero no português brasileiro frente às mudanças sociais**. [Trabalho de conclusão de curso], Brasília – DF, Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28202/1/2020\\_LarissaRobertaRosaPinheiro\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28202/1/2020_LarissaRobertaRosaPinheiro_tcc.pdf) Acesso em: 02 dez. 2021.

RIO GRANDE DO SUL, **Manual para o uso não sexista da linguagem, o que bem se diz bem se entende**. 2014. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod\\_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf) Acesso em: 30 out. 2021.

SILVINO, Dariana Maria.; HENRIQUE, Tázia Renata Peixoto Godim. **A importância da discussão de gênero nas escolas: uma abordagem necessária**. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, [...] São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/aimportanciadadiscussao degeneronasescolasumaabordagemnecessaria.pdf> Acesso em: 16 mai. 2021.

SCHWINDT, Luiz Carlos. **Sobre o gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico**. Revista da Abralín, v. 19, n.1, p.1-23, 2020.

Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>  
Acesso em: 20 out. 2021.